



**UNIVERSIDAD DE CIENCIAS
EMPRESARIALES Y SOCIALES**
www.uces.edu.ar

**INSTITUTO DE ALTOS ESTUDIOS EN PSICOLOGÍA Y CIENCIAS SOCIALES
(IAEPCIS) "David Maldavsky"**

Doctorado en Psicología

XVI Jornadas Internacionales de Investigación en Psicología UCES 2020

XVIII Jornadas Internacionales de Actualización del Algoritmo David Liberman

I Simposio de Especialistas en Salud Mental en Emergencias y Desastres

Sábado 25 de julio de 2020 – 9.30 hs a 16.00 hs Buenos Aires.

**O PROCESSO DE CAPTURA DA SUBJETIVIDADE EM POLICIAIS MILITARES NA
INSTITUIÇÃO**

Autora: Nathalia Batista da Silva (autora principal – Doutoranda UCES-BA)
nathaliabatistadasilva12@gmail.com

1. TRABALHO E SUJEITO

A relação de trabalho, entre a Instituição e o sujeito, deve ser observada e analisada, pois perpassa a vida desse trabalhador. Segundo Enriquez (2014), em uma perspectiva sócio histórica, desde o advento do capitalismo e da revolução industrial

no século XVIII, o trabalho tornou-se um atributo central da vida humana nas sociedades ocidentais.

No caso da força do sistema de segurança pública, especificamente dentro da Polícia Militar do Estado, é interessante verificar como se dá essa relação e a repercussão da vida laboral na subjetividade do trabalhador. Uma análise sobre o ser humano que veste uma farda policial e exerce função de autoridade perante a sociedade civil. Quais seriam os elementos que constituem o processo de captura da subjetividade dessas pessoas pela Instituição?

Segundo Pati (2016), a empresa Career Cast criou uma metodologia capaz de identificar as profissões mais estressantes. A lista é publicada anualmente. Em primeiro lugar dessa lista, com um índice de 84,72% a profissão de militar e, em quarto lugar, a profissão de policial com 53,82%. Nesse caso, o grupo que será pesquisado encontra-se nas duas categorias, pois são policiais e militares, caracterizando com uma das profissões mais estressantes do mundo e com um alto grau de risco de vida.

Foi realizada uma análise sobre: Como esse trabalho afeta e pode capturar sua subjetividade? Como os modos de gestão podem afetar esse trabalhador? São algumas das questões norteadoras que se pretendeu responder no decorrer da pesquisa.

Os principais objetivos foram: Levantar práticas de gestão relacionadas ao processo de captura da subjetividade. O método, nesse particular, está associado à análise do trabalho do policial militar.

No serviço do policial militar, foi realizado um levantamento de como se organiza o trabalho desse sujeito e, em que se baseiam as suas estruturas morais e como funciona o desenvolvimento dessa atividade. A captura da subjetividade e a cultura organizacional da polícia militar demonstram os indícios de como se constitui a cultura e o clima organizacional da Instituição estudada e de que forma os paradoxos do prazer/desprazer influenciam os policiais e contribuem para o processo de captura dessa subjetividade.

Em uma Instituição contando hoje com mais de 180 anos de criação e trabalhos prestados à sociedade, e contando hoje com mais de doze mil homens e mulheres no Estado do Maranhão, foi um desafio tentar analisar o trabalho a partir da vinculação Instituição/Sujeito. No entanto, é necessário refletir sobre essa relação dos profissionais com o trabalho policial militar para compreender o fenômeno de captura da subjetividade nesse contexto.

2. O SERVIÇO DO POLICIAL MILITAR

Realizar os fins do Estado, este tem de conduzir, nos campos internos e externo, relações de cooperação, acomodação, competição e conflito, sendo utópico ignorar tendências sociais dissociativas: todas as sociedades são: em maior ou menor grau, conflituais e impregnadas de violência (ALVES, 2011, p.36).

O sistema de segurança pública, para Marcineiro (2009), faz parte do sistema de vida humana em sociedade. É um sistema aberto e, portanto, influencia e é influenciado pelo meio onde está inserido. Retrata ainda que a segurança se divide em duas grandes frentes: a segurança interna, que é treinada para guerrear, cujo o resultado é a garantia da soberania nacional; e a segurança pública, feita por pessoas treinadas para intermediar o conflito humano nos diversos espaços urbanos. A Instituição a ser estudada por essa pesquisa se enquadra na segunda frente, a do sistema de segurança pública.

Transportada para a realidade cotidiana, nos defrontamos com um dos mais complexos papéis desempenhados pelo ser humano: o conflito entre heroísmo e o medo da morte, papel desempenhado pelo homem-policial. Ser herói, conduta estranha na constituição evolutiva e orgânica e de um profundo simbolismo social e de "status", transformando o papel obrigatório, corriqueiro para o policial [...] transformando-se no eterno "mocinho cinematográfico", superior aos demais mortais, sobre e pelo qual submete-se ao sacrifício diários para a solução dos problemas (LIMA, 2002, p.37).

Os militares, para Alves (2008b), são geralmente entendidos como os cidadãos encarregados de fazer a guerra em representação de toda a sociedade. A Polícia desenvolve um trabalho peculiar quando comparado a outros. Tomando a explanação de Alves (2011), percebemos que é um trabalho que já começa com certo grau de contradições, levando em consideração que funciona para a proteção do Estado e proteção social e que, nem sempre, essas duas instâncias estão alinhadas em uma mesma forma de pensamento.

Alves (2011) ainda traz discussões acerca de conflitos envolvendo o próprio Estado e, por conseguinte, a força de segurança pública, onde se pode ser Estado/sociedade organizados para a defesa dos interesses coletivos ou ser-se Estado hesitante, ambíguo e fraco. Não ser um Estado que exerce monopólio do uso da força para garantir a segurança de seus cidadãos ou não ser um Estado exíguo, no caminho provável para um Estado falho. É justificável pensar nesse ponto, pois toda a questão da violência é alvo direto do trabalho de segurança pública. Marcineiro (2009) infere que, uma vez que alguém tenha contrariado o código de convivência social e,

com isso, comprometido a paz social, o Estado, representado por seus servidores munidos do poder de polícia, haverá de intervir e, em nome da garantia da segurança do coletivo, irá tutelar a liberdade do infrator.

O conjunto do campo de atividade de cada indivíduo é codificado pelo sistema de regra, bem como seu campo de relações: as relações com superiores hierárquicos e os subordinados, com as diferentes categorias de hantes ou fornecedores, com as administrações e governos são assim delineadas com precisão. Este sistema nos remete antes a uma gigantesca administração, onde tudo é planejado, formalizado, codificado, mas ele se distingue desta fundamentalmente, pois é um sistema dinâmico, autorregulado e baseado na adesão. (PAGÈS, 2006, p. 24)

O sistema da Instituição Policial Militar, funciona como esse sistema de regras, com relações hierarquizadas descrita por Pagès. Além da Instituição de grande complexidade, o próprio trabalho desse policial é de responder a demanda social, pois visa minimizar o sentimento de insegurança, que para Alves (2008b), alimenta-se da crise e das ameaças difusas que esta faz pesar sobre a existência, dado que o nível e o estilo de vida das sociedades multiplicam as zonas de vulnerabilidade. Apesar de se tratar de um modo pessoal de interpretação, que depende da realidade de cada sujeito, as situações de insegurança são entendidas como sinais de ameaça que geram um sentimento de rejeição ou de receio e são interpretadas como reflexos de degradação social.

A criminalidade, conforme Alves (2008b), provoca elevados prejuízos materiais e, fundamentalmente, consequências físicas e psicológicas que contribuem para uma acentuada redução dos níveis de qualidade de vida das pessoas. O crime tende ainda a aumentar sentimentos de medo e de desconfiança que inviabilizam a existência de valores e práticas fundamentais de sociabilidade e de solidariedade social, levando a sociedade a um clima de precariedade geral. A criminalidade passa pelos motivos expressos a ser um alvo preponderante do sistema de segurança pública.

Saussaies apud Alves (2011) diz que a polícia desenvolve atividades de informações para conhecer o ambiente de prevenção, para evitar danos; de repressão, para repor a ordem e de assistência, para ajudar a socorrer. “O poder político é correntemente, nas obras especializadas como nas leis, denominado poder público, poder do império, poder soberano ou, mais simplesmente, soberania”. (ALVES, 2011, p. 83)

Conforme Janowitz, (1967), existem cinco fatores para analisar a profissão militar ao longo do século XX, são eles: A autoridade organizacional, que se alterou

de uma dominação autoritária para um outro processo gerador de confiança, baseado na persuasão e no conserto grupal; menor diferença na qualificação entre militares e civis, dado que as tarefas exigem dos profissionais militares orientações comuns às das elites civis; modificação no recrutamento, havendo uma transformação social ocasionada por uma integração mais ampla e mais representativa da população como um todo; modelos de carreira, fortemente padronizados e a doutrinação política, tendencialmente criadora na profissão militar de uma atitude ainda mais crítica que a liderança política civil.

[...] É difícil encontrar um critério geral para medir a vontade, pois cada Estado define de forma diferente o contexto de sua segurança. Este depende de elementos geográficos, culturais, econômicos, políticos e históricos; e é dado adquirido que as crises implicam a banalização da violência e a utilização de mega forças que em muito ultrapassam a sua capacidade. (ALVES, 2011, p. 47).

Desta forma, para sintetizar como funcionam as instituições de segurança pública, toma-se o conceito de Jean Claude Monet apud Alves (2011), que considera que, quando uma sociedade se encontra dotada no âmbito interno com uma força organizada e armada, que serve para obrigar os indivíduos a acatar as normas coletivas, estamos, então, perante um órgão de polícia.

Lima (2002) faz um apanhado da literatura internacional sobre as características que diferenciam o policial do cidadão comum. Este autor é um policial militar, e é interessante verificar, assim como na leitura de Alves (2008b) e de Marcineiro (2009), que também trabalham dentro desse contexto da segurança pública, que os policiais não são vistos como uma pessoa comum. Entre as características elencadas tem-se que:

O policial vive em um mundo à parte, pois, pode se reconhecer sem hipocrisia hoje, que o uso de um distintivo ou um uniforme faz um policial se separar da sociedade ou a sociedade segregá-la e esta segregação produz muitos efeitos psicológicos negativos, entre os quais a agressividade. Esse fenômeno é mundial, visto que o policial exerce um papel diferente e precisa, obrigatoriamente, usar essa “máscara” ou exercer seu papel. (LIMA, 2002, p.34)

A partir dessa colocação dos autores, questiona-se se realmente a pessoa que é policial militar distingue-se, de fato, de uma pessoa comum em qualquer organização, já que essa máscara também necessita ser usada dentro de um trabalho. Enquanto seres humanos, pessoas tendem a esperar que se aja dessa ou daquela

maneira em decorrência do trabalho que se desempenhe. Obviamente, que se faz necessário delimitar a diferença da natureza e a periculosidade do trabalho desempenhado, quando comparado a tantos outros. Mas, dentro daquela farda, não seriam apenas pessoas comuns que usam uniformes, buscando talvez a mesma fantasia de ser amado pela Instituição e ser aceito pelo meio social? Se a resposta for afirmativa, então o que difere o trabalho policial de outras profissões?

Outras características elencadas por Lima (2002) para marcar essa diferença, são que os policiais trabalham em uma Instituição hierarquizada, o que requer de seus integrantes o sacrifício do indivíduo em favor do bem-estar da sociedade. Os horários de trabalho não são normais ou regulares, pois os policiais operacionais trabalham por turnos, isto é, manhã, tarde, noite, finais de semana, etc, não tendo um ciclo laboral estático, contrariando, inclusive, a fisiologia do organismo que necessita de horários padronizados para refeições, sono, despertar e até para atividades físicas.

Além de todas essas características, tem-se também que, conforme Dejours (1994), trabalhar em uma organização reconhecidamente aspirada como ideal na sociedade, possuir um cargo que denote a existência de poder, é uma realização imaginária que deve ser cumprida, mesmo que este cargo contenha condições precárias de trabalho, que encerre uma carga psíquica danosa à saúde física e mental, e que ainda, não seja fonte de sublimação das realizações profissionais para o indivíduo.

É importante, nesse momento, fazer relação com o poder condicionado que Dejours (1994) aborda, como sendo a aceitação da realidade por aqueles que a ele se submetem sem mudar o condicionamento, mesmo quando as circunstâncias subjacentes mudem. O controle da sua aceitação estaria, segundo ele, no aspecto da coletividade como guardião de um imaginário social a ser realizado por aqueles que desejam ser reconhecidos como exemplos sociais a serem seguidos. Esse é um ponto interessante para verificar a subjetividade desse policial militar como condicionada à Instituição.

E a questão do meio social, o quanto é importante para as pessoas que desempenham essa função de policial? Para Lima (2002), a camaradagem é extremamente necessária entre policiais e pode ainda ser, paradoxalmente, considerada seu ponto mais frágil, pois o trabalho de manutenção da ordem, exige e cria senso de trabalho em equipe, unidade e coesão com os colegas de profissão, originando, assim, o “espírito de corpo”. Ressalta ainda, que isso estimula o senso de pertencer a um grupo exclusivo e especial. Esse seria um dos pontos mais fracos para os profissionais da segurança pública, pois pode causar uma profunda sensação de vergonha quando alguém da Instituição se corrompe, comete algum crime, quando

ocorre a perda de um companheiro de serviço ou ainda, por último, protagoniza uma sensação de impotência e solidão, quando se aposentam.

Essa profissão personifica um trabalho reativo e não proativo, isto é, demanda uma reação imediata à toda ação criminosa, portanto, não é algo que possa ser previsto ou antecipado. Essa é uma interessante diferença entre esse trabalho e tantos outros dentro de uma teia social. Segundo Lima (2002), os policiais chegam um pouco antes, durante ou logo depois de um evento conflitivo, sob fortes emoções, tendo condições de apenas ingerir e “não reagir” ou administrar a situação, sendo-lhes difícil a defesa contra as tensões decorrentes. Eles necessitam estar, constantemente, no controle de suas emoções, pois a missão exige uma profunda restrição sob circunstâncias altamente emocionais.

O autor afirma que quando o escoamento dessa energia for muito significativo, tende o policial a um esgotamento também fora do trabalho, fazendo com que o mesmo pare de participar ou diminua sua interação na vida social e familiar. O cansaço e a sistemática dedicação foram retratados nas falas de todos os sujeitos entrevistados, importante observação a cerca de como as pessoas se sentem ao desempenhar sua atividade laboral.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O homem é um ser social e, desta forma, é ligado às relações que se constroem ao longo de sua história de vida. O trabalho não está separado dessa mesma história, e se percebe como fator muito relevante, protagonizando enorme influência na formação e na vida do sujeito. Foi verificado através das referências estudadas, que há uma estreita relação entre os modos de gestão e os diversos fatores de significativa importância dentro das organizações, portanto, é admissível supor que, da mesma forma, devam ser impactantes sobre a relação entre o funcionário e seu trabalho.

Dentro da Instituição Policial Militar não seria diferente, ainda mais quando se percebeu, ao longo de toda a pesquisa, que a entrega do policial militar à atividade extrapola os limites das relações de trabalho, logo o afetamento é constante e facilmente constatável. Ao tornar essas pessoas parte de outro mundo ou de um sistema diferente, notadamente, se influencia o processo de captura das subjetividades desses sujeitos.

Os limites de tempo dedicados ao trabalho praticamente inexistem e essa dedicação se estende ao horário de folga em que se poderia investir no lazer ou tempo com a família. As relações familiares ficam, como demonstradas nas falas dos entrevistados, relegadas a segundo plano.

Por fim, percebe-se a necessidade de mais discussões e pesquisas acerca do processo de captura da subjetividade em policiais militares, para que sejam empreendidas mudanças que instiguem percepções e ações voltadas ao questionamento da naturalização dos sofrimentos resultantes do processo.

BIBLIOGRAFIA

- Alves, I. C. B. & Esteves, C. (2004). O Teste Palográfico na avaliação da personalidade. São Paulo: Vetor.
- Alves, G. A. P. A subjetividade às avessas: toyotismo e “captura” da subjetividade do trabalho pelo capital. Cadernos de Psicologia Social do Trabalho, 2008a, vol. 11, n. 2, pp. 223-239
- Alves, A. C. Em busca de uma sociologia da polícia. Edição da revista da Guarda Nacional Republicana. Lisboa, 2008b.
- Alves, A. C. Contributos para uma sociologia da polícia. Edição da revista da Guarda Nacional Republicana. Lisboa, 2011.
- Dejours, C. (1994) A carga psíquica do trabalhador. In: BETIOL, Maria Irene Stocco. Psicodinâmica do trabalho. São Paulo: Atlas.
- Enriquez, E. O trabalho, essência do homem? O que é o trabalho? Cad. Psicol. Soc. Trab., São Paulo, v. 17, n. spe. 1, p. 163-176, 2014 – DOI: 10.11606/issn.1981-0490.v17ispe1p163-176
- Janowitz, M. (1967) **O Soldado profissional**. Rio de Janeiro: Edições GRD.
- Lima, J. C. (2002) **Estresse policial**. Paraná. Editora: Associação da vila militar publicações técnicas volume VII. 1ªedição.
- Marcineiro, N. (2009) Polícia comunitária, construindo segurança nas comunidades. Santa Catarina . Editora: Insular.
- Pagès, M., BONETTI, M., GAULEJAC, V. de & DESCENDRE, D. (1987). **O poder das organizações**. São Paulo: Atlas. 2006
- Pati, C. (2016) As 10 profissões mais estressantes para 2016. Disponível em: <http://exame.abril.com.br/carreira/noticias/as-10-profissoes-mais-estressantes-para-2016#5>
- VIOLANTI, I.M. **What does high stress police training teach recruits?** An analysis of coping. Journal of Criminal Justice, 1993. 21,411-417.